

RESUMO

Atualmente, observamos o surgimento de trabalhos clínicos e institucionais com crianças autistas no Brasil, cujos reflexos resultaram em publicações distribuídas em periódicos nacionais. Este artigo tem por objetivo discutir o tema do autismo a partir da análise de artigos publicados no periódico Estilos da Clínica, o qual é direcionado ao tema da infância e psicanálise. Para tal, fizemos um estudo qualitativo de artigos publicados nesta revista (de 1996 a 2007), congregando um total de trinta e cinco trabalhos. A discussão é apresentada por meio de eixos temáticos: a clínica e perspectivas de tratamento e a problemática da escolarização destinada a essas crianças.

Descritores: *autismo; psicanálise; Estilos da Clínica.*

O PENSAMENTO PSICANALÍTICO SOBRE O AUTISMO A PARTIR DA ANÁLISE DA REVISTA *Estilos da Clínica*

Anahi Canguçu Marfinati
Jorge Luís Ferreira Abrão

Encontramos um número significativo de trabalhos psicanalíticos dedicados ao estudo do autismo que foram produzidos na Europa e nos Estados Unidos por diversos psicanalistas ao longo do século XX, tais como Bruno Bethelheim (1987), Margareth Mahler (1979), Francis Tustin (1984), para citar apenas alguns. Muitas dessas influências chegaram ao Brasil e propiciaram o surgimento de uma prática clínica com crianças autistas amparada nos preceitos psicanalíticos.

Apesar das ideias relativas à psicanálise de crianças já circularem entre os profissionais brasileiros

■ Mestranda de Psicologia na Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Assis.

■ Professor do Departamento de Psicologia Clínica da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Assis.

desde a década de 1930 (Abrão, 2001), é só a partir de 1970 que encontraremos trabalhos de analistas brasileiros dedicados ao tema do autismo.

A médica e psicanalista Izelinda Garcia de Barros, membro da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo foi uma das primeiras estudiosas a abordar terapeuticamente os casos de autismo. Com o artigo “Dentro dos seus olhos: reflexões sobre a atitude do terapeuta e o desenvolvimento da relação terapeuta-paciente na psicanálise de crianças”, publicado em 1987, foi ganhadora do Prêmio Sigmund Freud, conferido pela Confederação Psicanalítica da América Latina (COPAL). O material clínico do referido trabalho, proveniente de um atendimento realizado no início da década de 1970, descreve a análise de um menino de sete anos considerado autista e seu desenvolvimento durante dois anos de análise. Para estudar esse caso, a autora se fundamenta em um amplo referencial psicanalítico embasado em autores como Winnicott, Francis Tustin¹, Bion, Melanie Klein e Margareth Mahler, os quais dão sustentação aos seus argumentos clínicos.

Ainda na tentativa de identificar as primeiras iniciativas que delimitam o surgimento das práticas psicanalíticas voltadas ao atendimento de crianças autistas no Brasil, encontramos o trabalho coordenado por Maria Cristina Kupfer que recebeu forte influência da Escola Francesa, particularmente de Maud Mannoni. Seu tra-

balho é considerado um marco não só pela sua qualidade teórica, mas principalmente por propiciar o surgimento de uma prática abrangente no atendimento de crianças autistas e psicóticas circunscritas na Pré-Escola Terapêutica Lugar de Vida, uma instituição que a partir de 1991 passou a ser vinculada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Outro trabalho que demonstra a expansão da prática psicanalítica brasileira sobre o autismo é a pesquisa e o trabalho clínico existente no Recife, mais especificamente no CPPL (Centro de Pesquisa em Psicanálise e Linguagem) fundado por Ana Elizabeth Cavalcanti e Paulina Schmidtbauer Rocha, autoras do livro *Autismo: Construções e Desconstruções* (2001).

Partindo dessas primeiras iniciativas, outros trabalhos clínicos e institucionais com crianças autistas foram surgindo no Brasil, cujos reflexos resultaram em publicações distribuídas em periódicos nacionais.

Diante dessa constatação, no ano de 2009 conduzimos uma pesquisa² com intuito de verificar as publicações relativas ao autismo dentro do pensamento psicanalítico brasileiro, tendo como referência dois periódicos nacionais, a saber: a *Revista Brasileira de Psicanálise* e a revista *Estilos da Clínica*.

Assim, este artigo surge com a intenção de discutir os resultados encontrados no periódico *Estilos da Clínica*, o qual por se tratar de uma publicação direcionada ao tema da infância e da psicanálise, congrega um elevado número de trabalhos sobre o autismo, contabilizando trinta e cinco artigos sobre o tema estudado entre os anos de 1996 a 2007.

Na sequência, após as considerações relativas à metodologia de pesquisa empregada, discutiremos as principais temáticas sobre o autismo estudadas a partir da análise do periódico em questão.

Aspectos metodológicos: de(II)mitação) da pesquisa

Inicialmente, faz-se necessário explicitar, ainda que brevemente, os aspectos metodológicos da pesquisa que deu origem ao presente trabalho, além de esclarecer a escolha da revista *Estilos da Clínica* e os critérios de inclusão dos artigos. Posteriormente,

apresentaremos o modo como esses trabalhos foram categorizados, por ocasião da análise dos resultados.

No âmbito deste artigo, optamos por partir dos trabalhos publicados na revista *Estilos da Clínica* não só pelo elevado número de publicações referentes ao tema do autismo, mas principalmente pela consistência dos trabalhos e pela consonância entre eles, o que permitiu estabelecer eixos de discussões os quais serão apresentados mais adiante.

A história da revista *Estilos da Clínica* está intrinsecamente ligada à história da Associação Lugar de Vida – Centro de Educação Terapêutica, uma vez que este periódico surge com a finalidade de divulgar os trabalhos desenvolvidos nesta instituição, assim como as reflexões surgidas a partir dos debates ali realizados.

As atividades da Associação Lugar de Vida – Centro de Educação Terapêutica teve início em 1990, com a denominação Lugar de Vida. A princípio era oferecido atendimento terapêutico e educacional para crianças com Transtornos Globais do Desenvolvimento (CID-10), acolhendo prioritariamente as famílias que possuíam baixo poder aquisitivo. Nessa ocasião, o Lugar de Vida era dirigido por Lina G. Martins de Oliveira, por Marize Lucila Guglielmetti e Maria Cristina Kupfer.

Em 1991, o Lugar de Vida passou a ser vinculado ao Instituto de Psicologia da USP e, em 1995, passou a ser denominado Pré-Escola te-

rapêutica Lugar de Vida, iniciando-se a Educação Terapêutica: uma proposta de atendimento psicanalítico e educacional integrados, criado com o intuito de enfrentar os desafios da clínica da psicose infantil.

Hoje em dia, a Pré-Escola Terapêutica Lugar de Vida ampliou suas atividades e também atinge cidades que não pertencem ao Estado de São Paulo, podendo, dessa forma, melhor atender a uma demanda cada vez mais crescente. Com a existência de uma equipe especializada, construiu-se uma estrutura de serviços fora da Universidade, facilitando o atendimento à população e recebendo estudantes e profissionais interessados em adquirir formação em Educação Terapêutica.

A revista *Estilos da Clínica* teve sua primeira publicação no segundo semestre de 1996, estendendo-se até os dias de hoje. Com o intuito de registrar as distintas formas clínicas de tratamento atual, a *Estilos da Clínica* é de suma importância para se averiguar a produção psicanalítica sobre o autismo que se tem desenvolvido em nosso país.

Isto posto, os artigos selecionados nesse periódico (1996 a 2007) preencheram alguns critérios para a sua inclusão. Primeiramente, para que o artigo fosse incluído deveria apresentar o tema autismo explícito no título ou em uma discussão clínica/teórica sobre autismo no corpo do trabalho.

Em relação ao emprego do termo autismo, é válido colocar que não incluímos os artigos que o consideram em seu sentido *lato*. Dessa forma, o termo autismo empregado como sintoma de uma patologia, de maneira geral, não foi incluído. Além disso, os artigos também deveriam ser escritos por autores nacionais, ou seja, mesmo os artigos que tratam sobre o autismo tal qual como nós o compreendemos, mas que, contudo, são traduções de trabalhos escritos por autores estrangeiros não foram incluídos.

Finalmente, cabe destacar que a pesquisa realizada está inserida dentro dos trabalhos denominados “estado da arte”, os quais são caracterizados essencialmente por seu caráter bibliográfico e que procuram mapear e discutir determinada produção acadêmica em diferentes áreas do conhecimento:

Sustentados e movidos pelo desafio de conhecer o já construído e produzido para depois buscar o que ainda não foi feito, de dedicar cada vez mais atenção a um número considerável de pesquisas realizadas de difícil acesso, de dar conta de

determinado saber que se avoluma cada vez mais rapidamente e de divulgá-lo para a sociedade, todos esses pesquisadores trazem em comum a opção metodológica, por se constituírem pesquisas de levantamento e de avaliação do conhecimento sobre determinado tema. (Ferreira, 2002, p. 259).

Cabe colocar nesse momento que as pesquisas denominadas “estado da arte” possuem certas limitações, uma vez que o objeto de investigação do pesquisador são apenas os textos que se tem em mãos, portanto, a história que se construirá a partir de suas leituras estão sujeitas ao olhar do pesquisador: “Então, a História da produção acadêmica é aquela proposta pelo pesquisador que lê. Haverá *tantas* Histórias quanto leitores houver dispostos a lê-las” (Ferreira, 2002, p. 269).

Tendo em vista essas considerações, resta-nos esclarecer o modo como seu deu a análise dos textos, ou seja, quais foram os critérios empregados na categorização dos mesmos, o que nos permitiu discuti-los de modo mais didático.

Por meio de nossa pesquisa verificamos um elevado número de artigos que abrangiam diversas práticas e reflexões teóricas sobre o tema do autismo, perfazendo um total de trinta e cinco artigos (entre os anos de 1996 a 2007). Por essa razão, com o propósito de permitir um melhor entendimento, a análise dos artigos foi norteada pela delimitação de categorias e eixos temáticos.

Para tanto, dividimos os trabalhos em duas grandes categorias: os artigos que desenvolvem aspectos clínicos e teóricos e os que incluem práticas institucionais. No primeiro caso, os trabalhos se caracterizam por apresentarem discussões teóricas e, de maneira geral, ilustram os aspectos teóricos com vinhetas clínicas. Nos artigos que incluem práticas institucionais, apesar de sua maioria também apresentarem noções teóricas e clínicas, destacam-se por desenvolverem sua prática dentro de instituições destinadas ao atendimento de crianças com algum transtorno psiquiátrico, englobando, portanto, as crianças autistas.

Dentro dessas duas categorias encontramos dois eixos temáticos principais: os artigos que abordam a clínica, assim como as perspectivas de tratamento com psicóticos e autistas e os trabalhos que retratam a problemática da escolarização dessas crianças.

A tabela apresentada a seguir mostra a disposição dos artigos levando-se em consideração esses aspectos.

Tabela 1.1. Distribuição dos artigos dispostos em categorias e temas

TEMÁTICA \ CATEGORIAS	ARTIGOS CLÍNICO-TEÓRICOS	ARTIGOS QUE INCLUEM PRÁTICAS INSTITUCIONAIS	TOTAL
A CLÍNICA E PERSPECTIVAS DE TRATAMENTO COM PSICÓTICOS E/OU AUTISTAS	9	11	20
ESCOLARIZAÇÃO/INCLUSÃO ESCOLAR	2	7	9
OUTROS	6	-	6
TOTAL	17	18	35

É válido esclarecer que além das temáticas acima citadas, existiam outras discussões, contudo por se apresentarem de maneira esparsa no contexto de nossa pesquisa decidimos por incluir tais artigos dentro do item “Outros”. Assim, por exemplo, o artigo “Winnicott e a etiologia do autismo: considerações acerca da condição emocional da mãe”, escrito por Conceição de Araújo (2003) foi incluído dentro da temática “hipóteses etiológicas”, porém, como foi apenas este trabalho que estudou mais especificamente esta abordagem, foi incluído no item em questão. Do mesmo modo, o artigo

escrito por Maria Cristina Kupfer no ano de 1999, intitulado “Psicose e autismo na infância: problemas diagnósticos” insere-se dentro da temática “discussões diagnósticas” e, portanto, está, assim como os outros quatro artigos que não foram citados nesse momento, incluído nessa categorização menor.

Pensando o autismo na psicanálise brasileira a partir da revista *Estilos da Clínica*

Como pudemos observar na tabela acima, a maior parte dos artigos aborda o autismo levando-se em consideração a clínica e as perspectivas de tratamento com essas crianças, mais especificamente, tendo como ponto de partida as práticas institucionais. Tais discussões derivam predominantemente das práticas institucionais desenvolvidas no NAICAP (Núcleo de Atenção Intensiva a Criança Autista e Psicótica) do Instituto Municipal Philippe Pinel, um serviço da rede pública de assistência em saúde mental do município do Rio de Janeiro.

Assim, dentro dessa perspectiva encontramos, por exemplo, os artigos “Paradoxos em torno da clínica com crianças autistas e psicóticas: uma experiência com a ‘prática entre vários’” de Angélica Bastos e Ana Beatriz Freire (2004), “O manejo clí-

nico com adolescentes autistas e psicóticos em instituição”, escrito por Angélica Bastos, Katia Monteiro e Mariana Ribeiro (2005), “A psicanálise e o tratamento de crianças e adolescentes autistas e psicóticos em uma instituição de saúde mental” de Angélica Bastos, Kátia Álvares e Jeanne Ribeiro (2006) e o artigo “Transtorno, sintoma e direção do tratamento para o autismo” escrito por Roberto Calazans e Clara Martins (2007).

Esses autores trabalham tendo como base a chamada “prática entre vários” a qual pode ser definida “como um trabalho cuja direção é a construção do caso entre vários profissionais e a criança ... e se orienta por uma ética esvaziada de saber”. (Freire & Bastos, 2004, p. 84). Dessa maneira, os profissionais envolvidos não se completam reciprocamente, cada qual apontando sua opinião de especialista sobre a criança, mas o caso é construído entre esses profissionais e a criança.

A característica dessa prática resulta em um mesmo ponto:

não se fazer de mestre para o autista, isto é, destacar-se da posição de saber, aquele que faz do autista objeto de gozo. Sustentar essa posição de não-saber abre espaço para que o autismo possa situar-se de outra maneira que não de objeto do Outro, mas como sujeito. (Calazans & Martins, 2007, p. 153).

Os trabalhos situados dentro dessa prática concordam que a noção de transtorno coloca o autista em uma posição deficitária, uma vez que deve

ser submetido a técnicas de ajustamento e de aprendizagem. Assim, uma das características encontradas nesses trabalhos é a utilização de uma concepção mais ampla de sintoma, o qual é considerado como uma invenção realizada pela criança. Além disso, o sintoma é compreendido não por uma via deficitária, no sentido de apontar o que o sujeito não faz, mas deveria fazer. Ao contrário, o critério do sintoma valoriza o que ele faz e tenta criar condições para que venha a fazer algo.

Segundo esses autores essa noção ampliada de sintoma, permite afirmar no autismo a dimensão de sujeito, tal como proposto pela “prática entre vários”: a criança e o adolescente autista são antes de tudo sujeitos e suas produções adquirem um caráter de invenção: “Tomar a criança e o adolescente autista e psicótico como sujeito, conferindo às suas produções um estatuto de invenção, é a direção de tratamento que o NAICAP vem imprimindo a sua experiência clínica”. (Bastos, Monteiro & Ribeiro, 2005, p. 192).

Por fim, as perspectivas de tratamento com esses pacientes apontam para a necessidade de se criar novos dispositivos voltados para uma prática do ato, e não de um exercício interpretativo fundamentado na suposição de um saber. Por meio dos paradoxos da linguagem e da alteridade os psicanalistas são convocados a pensar sobre:

(a) as condições éticas e o ato analítico na psicanálise aplicada; (b) a direção do tratamento segundo uma concepção renovada do sintoma, que faz dele uma suplência, uma invenção para lidar como o gozo por meio de uma construção particular a cada caso. (Freire & Bastos, 2004, p. 87).

Tendo como base esses apontamentos, podemos inferir que os autores que abordam a clínica e as perspectivas de tratamentos destinados a pacientes autistas e psicóticos tendo como ponto de partida a “prática entre vários”, compreendem esses pacientes em sua complexidade, afirmando no autismo a dimensão de sujeito, valorizando suas potencialidades.

É válido mencionar que os artigos que abordam essa temática, tendo como ponto de partida suas práticas institucionais, não são frutos somente do trabalho realizado no NAICAP. Há também, artigos que são decorrentes do trabalho desenvolvido no CPPL, como por exemplo, o artigo de Ana Cavalcanti (2000) intitulado “Novas narrativas para os autismos: algumas contribuições de Winnicott para uma teoria e clínica dos autismos” e também no Lugar de Vida que pode ser encontrado, por exemplo, no trabalho de Flavia Vasconcelos (1996) “Da estereotopia ao significante: movimentos a partir de um tratamento em instituição”.

Dessa forma, podemos afirmar por meio do estudo realizado, que independente da prática institucional abordada, as reflexões a respeito da clínica e dos caminhos possíveis de

tratamento apontadas pelos autores convergem no sentido de que é necessário pensar o autismo não mais pela via da falência e da falta, o que acaba por acentuar o lugar de objeto em detrimento ao de sujeito. Além disso, a maioria desses autores aponta como perspectiva de tratamento a abertura às dúvidas e inquietações e a buscar a construção de novas narrativas:

Essas idéias nos levam a pensar o espaço terapêutico como o lugar da desconstrução, da introdução do questionamento e da dúvida onde há apenas certezas rígidas e imutáveis. O lugar em que se devolve às crenças a dimensão de crenças que, como tais, nada têm de naturais, imutáveis. O lugar em que se torna possível encontrar possibilidades, narrativas diversas onde se supunha haver apenas uma. (Cavalcanti, 2000, p. 46).

Essas características também se encontram presentes nos artigos clínico-teóricos, especificamente nos artigos de Ivan Abreu e Maria Tafuri (2007) cujo título é “Além do possível: investigações acerca do originário na clínica da criança autista” e no artigo “A constituição do sujeito e a alteridade: considerações sobre a psicose e o autismo” (2002), escrito por Ana Beatriz Freire.

Os autores Abreu e Tafuri (2007), por exemplo, apontam por meio de vinhetas clínicas que o encontro com o impossível se dá quando os terapeutas dessas crianças caem no descabido e na desrazão, justo no momento em que se encontravam iso-

lados em seus saberes e desanimados frente à criança autista. Como proposta de tratamento, os autores convidam os terapeutas a participar com seu corpo, sua mímica, para que assim possam “especular sobre o psíquico e suas marcas arcaicas, sobre a conformação auto engendrada do corpo sensível e sobre as formas estéticas de existência”. (p. 166).

Outras reflexões também são realizadas, como a questão da interpretação e da intervenção precoce. A respeito da primeira problemática, o artigo de Christiano Mendes de Lima (2001) realiza tal discussão. Grosso modo, para o autor, nos casos das crianças autistas, a interpretação deve ser feita no sentido de se constituir um sentido, ao invés de fazer uma revelação do mesmo, como acontece nos casos clínicos com pacientes neuróticos. Já nos casos dos pacientes psicóticos, a responsabilidade ética do analista está em intervir e não em interpretar.

No que se refere à importância da intervenção precoce na interação mãe-bebê encontramos alguns trabalhos, como, por exemplo, o artigo de Denise Barbosa “Da concepção ao nascimento, a razão da intervenção precoce” (2007). Tal artigo, assim como o de Campário e Pinto (2006), ressaltam a importância do tratamento em detrimento ao diagnóstico, os quais são considerados por eles como sendo mais maléficos do que benéficos, uma vez que pode levar a um movimento de fuga da família em relação a essa criança, além disso, o diagnóstico psiquiátrico não considera a possibilidade de uma mudança na estrutura.

Denise Barbosa (2007) enfatiza que se faz necessário intervir antes da instauração de um quadro patológico. Partindo dessa noção, há a possibilidade de intervir precocemente, modificando, por exemplo, o prognóstico de bebês que ainda não se tornaram autistas:

a possibilidade de diagnosticar precocemente e de estabelecer um diálogo interdisciplinar para que se possa intervir o mais cedo possível, a partir dos sinais indicadores de risco, detectados na relação mãe-bebê ou nos sinais pulsionais do bebê, antes que as psicopatologias se instalem e essas estruturas se amarrem, ou para possibilitar uma melhor instauração da estrutura psíquica. Há intervenções imprescindíveis que devem preceder um diagnóstico definitivo (Barbosa, 2007, p. 71).

É válido dizer que a autora em questão também tece alguns apontamentos a respeito da necessidade de escuta de gestantes que

manifestem riscos à subjetividade do bebê. Dessa forma, essa escuta também pode vir a ser um modo de prevenção, o qual tem por objetivo reduzir o primeiro impacto da mãe com seu filho, momento esse considerado como determinante na qualidade desse vínculo.

Portanto, podemos concluir que tanto os artigos clínico-teóricos quanto os artigos que incluem práticas institucionais convergem em suas linhas de pensamento e nas perspectivas de tratamento destinado a pacientes autistas: a necessidade de buscar novas alternativas de entendimento e tratamento; a manutenção e produção de um espaço vazio de saber sobre essas crianças; a consideração do autismo não mais como uma doença, mas como formas particulares de subjetivação, afirmando a dimensão do sujeito; a importância de um tratamento precoce em detrimento a um diagnóstico; a inclusão da escuta de gestantes as quais manifestam risco à subjetividade do bebê como forma de prevenção, são algumas das contribuições relevantes trazidas pelos autores brasileiros estudados.

Em relação à temática que envolve a problemática da inclusão escolar de crianças com os chamados Distúrbios Globais do Desenvolvimento, em especial das crianças autistas, os artigos analisados são em sua maioria resultados de práticas institucionais, mais especificamente do trabalho desenvolvido na Pré-Escola Terapêutica Lugar de Vida. Por

essa razão a discussão referente à temática “Escolarização – Inclusão Escolar” se deterá em discutir essa problemática a partir do trabalho institucional realizado nesta instituição.

Tais publicações, por serem frutos de uma prática institucional ligada ao Lugar de Vida, partem da vivência e das inquietações surgidas a partir desse contexto. Como consequência, existem trabalhos específicos de tal prática, como o artigo “Continuando a travessia pelo Ponte” dos autores Fernando Colli e Valéria Amâncio, publicado no ano 2000, em que os autores discutem o trabalho realizado no grupo Ponte, o qual foi criado com o intuito de servir de passagem para que as crianças com Distúrbios Globais do Desenvolvimento, cheguem à escola e possam, algum dia, sair dela. (Colli & Amâncio, 2000).

À parte a essa especificação, os textos trazem discussões amplas como, por exemplo, no que se refere à inclusão escolar de crianças autistas. O artigo de Alfredo Jerusalinsky e Stella Páez (2000) estruturado em forma de carta endereçada aos pais das crianças com problemas de desenvolvimento examina a história das escolas especiais até a atualidade. Para os autores, ao longo de sua história, as escolas especiais passaram a desdobrar práticas sociais discriminatórias.

Na mesma direção encontra-se o trabalho de Maria Cristina Kupfer

e Renata Petri (2000) “Por que ensinar a quem não aprende?”, em que a inclusão escolar é abordada tendo em vista a hipótese de que tanto a escola como o autismo é uma criação moderna. É então discutido que com a criação da escola, criou-se também a criança especial, e, conseqüentemente o movimento inclusivo passa a ser um contrassenso. Dessa forma, a escola encontra grande dificuldade em reabsorver, a partir do movimento inclusivo contemporâneo, a criança especial. De acordo com as autoras esta dificuldade está ligada principalmente às expectativas dos professores de que as crianças excluídas não são capazes de aprender.

Ademais, verificamos que há um consenso entre os autores estudados de que ambientes inclusivos são uma maneira eficaz para se obter uma educação de qualidade para todos, promovendo a capacidade de suportar e fazer uso das diferenças. Além disso, a inclusão de crianças autistas e psicóticas pode ter efeitos não só pedagógicos, mas também terapêuticos.

Contudo, esses autores (Amâncio & Colli, 2000; Kupfer & Petri, 2000) fazem uma ressalva à ideia de que a inclusão de crianças psicóticas e autistas deve ser feita “a qualquer custo”, pelo contrário, deve ser feita com muito cuidado, para que a inclusão não se reverta em uma exclusão ainda maior. Ademais, em alguns casos pode não ser recomendada quando em momentos mais delicados de suas vidas.

Por meio dessas leituras, notamos que a questão da inclusão escolar enquanto direito é incontestável, mas que, apesar disso, deve-se fazê-la com prudência:

se ela toma o estilo de uma batalha, certamente não podemos esquecer que quem se encontra na linha de frente são nossos filhos e pacientes ... se eles não contarem com a necessária consistência para enfrentar sem quebras subjetivas a desorientação e vacilações de seus mestres e professores, e atravessar incólumes as tormentas de indignação de seus pais contra as instituições das quais se espera que guiem seus destinos, estão sendo enviados à primeira linha de uma batalha que, se seus pais e advogados ganharem, eles correm todo o perigo de tê-la, antecipadamente, perdido. (Jerusalinsky & Páez, 2000, p. 122).

Assim, podemos concluir que os autores brasileiros estudados nos artigos que versam sobre a escolarização concordam que independentemente do caminho escolhido – escola comum ou escola especial – é necessário trabalhar com a implicação de que há um sujeito: “Há um sujeito ali onde há alguém capaz de reconhecer o que de igualdade e diferença o une e o separa do outro. Sem essa posição, a criança fica perdida num mar de olhares e palavras cuja significação jamais poderá compreender”. (Jerusalinsky & Páez, 2000, p. 123).

Considerações finais

Procuramos nesse artigo esboçar o pensamento psicanalítico brasileiro

a respeito do autismo tendo como base o periódico *Estilos da Clínica*. Nesse processo, deparamo-nos com um elevado número de artigos que são resultados de um trabalho institucional proveniente predominantemente do NAICAP, localizado no Rio de Janeiro, da Pré-Escola Terapêutica Lugar de Vida do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo e do CPPL situado no Recife. Tal fato vem demonstrar a importância das práticas institucionais que oferecem diversos tipos de serviços destinados a crianças e adolescentes autistas e psicóticos têm adquirido nas últimas décadas no contexto psicanalítico brasileiro.

Dentre esses trabalhos, pudemos observar a influência do espaço institucional nas temáticas escolhidas. Desse modo, os autores cujos artigos derivam do NAICAP, retratam mais especificamente a clínica e as perspectivas de tratamento com crianças autistas e psicóticas, enquanto que as publicações resultantes do Lugar de Vida, a temática da escolarização destinada a esse público foi a mais encontrada.

Os trabalhos aqui estudados indicam que existe no país uma prática institucional para o atendimento de crianças autistas e psicóticas, que além do inegável caráter prático, tem o mérito de promover o debate e a reflexão teórica sobre o tema, culminando com a produção e publicação de trabalhos científicos. Esta iniciativa faz com que as instituições destacadas acima ganhem destaque como polos de difusão de conhecimento sobre autismo e psicose infantil a partir de uma perspectiva psicanalítica.

Podemos evidenciar assim o desenvolvimento de um pensamento psicanalítico original no que se refere ao tema do autismo entre os analistas brasileiros, cujos focos principais de interesse estão circunscritos na ampliação das perspectivas de tratamento clínico e no desenvolvimento de estratégias de escolarização de crianças autistas e psicóticas.

Com relação ao primeiro tema, as práticas clínicas e institucionais dos trabalhos estudados estão amparadas em uma visão que ultrapassa o pensamento organicista e determinante que o conceito de sintoma acarreta no tratamento dessas crianças, o que acaba por repercutir no olhar dos familiares frente às mesmas. Assim, essa perspectiva permite que as crianças autistas e psicóticas sejam vistas como sujeitos, para além de suas incapacidades.

No que concerne à inclusão escolar, é discutido as implicações de tal medida no tratamento dessas crianças, uma vez que, confor-

me apontado, possui efeitos tanto em termos pedagógicos quanto terapêuticos. Por outro lado, a prática da inclusão escolar não deve ser feita de forma compulsória, devendo ser respeitado as particularidades de cada caso.

Finalmente, esperamos ter cumprido com o objetivo pelo qual iniciamos esse trabalho: refletir, a partir dos trabalhos publicados na revista *Estilos da Clínica*, sobre a produção do conhecimento que se tem construído sobre autismo nas últimas décadas, apontando as temáticas mais recorrentes a partir das práticas – seja institucional ou clínica – de seus autores. ■

THE PSYCHOANALYTICAL THOUGHT ABOUT AUTISM THROUGH THE ANALYSIS OF PERIODICAL *Estilos da Clínica*

ABSTRACT

Currently, we observe the emergence of clinical and institutional work with autistic children in Brazil, whose consequences have resulted in publications distributed in national periodicals. This article aims to discuss the topic of autism from the analysis of articles published in the "Estilos da Clínica" periodical, which is directed to the theme of childhood and psychoanalysis. For such, we made a qualitative study of articles published in this magazine (from 1996 to 2007), bringing together a total of thirty five works. The discussion is presented through thematic axes: the clinic and treatment perspectives and the problem of schooling meant to these children.

Index terms: *autism; psychoanalysis; Estilos da Clínica.*

EL PENSAMIENTO PSICOANALÍTICO SOBRE EL AUTISMO A PARTIR DE LOS ANÁLISIS DEL PERIÓDICO *Estilos da Clínica*

RESUMEN

Actualmente, observamos el apareamiento de trabajos clínicos e institucionales con niños autistas en Brasil, cuyos reflejos tuvieron como resultado publicaciones distribuidas en periódicos nacionales. Este artículo tiene por objetivo discutir el tema del autismo partiendo del análisis de artículos publicados en el periódico "Estilos da Clínica", el cual encamina para el tema de infancia y psicoanálisis. Para eso, hicimos un estudio cualitativo de artículos publicados en esta revista (de 1996 hasta 2007) llegando a un total de treinta y cinco trabajos. La discusión es presentada a través de ejes temáticos: la clínica y perspectivas de tratamiento y la problemática de la escolarización destinada a estos niños.

Palabras clave: *autismo; psicoanálisis; Estilos da Clínica.*

REFERÊNCIAS

- Abrão, J. L. F. (2001). *A história da psicanálise de crianças no Brasil*. São Paulo: Escuta.
- Abreu, G. H., & Tafuri, M. I. (2007). Além do possível: investigações acerca do originário na clínica da criança autista. *Estilos da Clínica: Revista sobre a Infância com Problemas*, 12(23), 166-181.
- Araujo, C. A. S. (2003). Winnicott e a etiologia do autismo: considerações acerca da condição emocional da mãe. *Estilos da Clínica: Revista sobre a Infância com Problemas*, 8(14), 146-163.
- Barbosa, D. C. (2007). Da concepção ao nascimento, a razão da intervenção precoce. *Estilos da Clínica: Revista sobre a Infância com Problemas*, 12(23), 68-77.
- Barros, I. (1987). Dentro dos seus olhos. In *Psicanálise da criança* (pp. 29-60). São Paulo: Vértice.

- Bastos, A., Monteiro, K. A. C., & Ribeiro, M. M. C. (2005). O manejo clínico com adolescentes autistas e psicóticos em instituição. *Estilos da Clínica: Revista sobre a Infância com Problemas*, 10(19), 183-193.
- Bettelheim, B. (1987). *A fortaleza vazia*. São Paulo: Martins Fontes.
- Calazans, R., & Martins, C. R. (2007). Transtorno, sintoma e direção do tratamento para o autismo. *Estilos da Clínica: Revista sobre a Infância com Problemas*, 12(22), 142-157.
- Campanário, I. S., & Pinto, J. M. (2006). O atendimento psicanalítico do bebê com risco de autismo e de outras graves psicopatologias. Uma clínica da antecipação do sujeito. *Estilos da Clínica: Revista sobre a Infância com Problemas*, 11(21), 150-169.
- Cavalcanti, A. E. (2000). Novas narrativas para os autismos: algumas contribuições de Winnicott para uma teoria e clínica dos autismos. *Estilos da Clínica: Revista sobre a Infância com Problemas*, 5(8), 38-48.
- Cavalcanti A. E., & Rocha, P. S. (2001). *Autismo construções e desconstruções*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Colli, F. A. G., & Amâncio, V. (2000). Continuando a travessia pelo Ponte. *Estilos da Clínica: Revista sobre a Infância com Problemas*, 5(9), 68-81.
- Ferreira, N. S. A. (2002). As pesquisas denominadas “Estados da Arte”. *Educação & Sociedade*, 13(79), 257-272.
- Freire, A. B. (2002). A constituição do sujeito e a alteridade: considerações sobre a psicose e o autismo. *Estilos da Clínica: Revista sobre a Infância com Problemas*, 7(13), 78-91.
- Freire, A. B., & Bastos, A. (2004). Paradoxos em torno da clínica com crianças autistas e psicóticas: uma experiência com a “prática entre vários”. *Estilos da Clínica: Revista sobre a Infância com Problemas*, 9(17), 84-93.
- Jerusalinsky, A., & Páez, S. M. C. (2000). Carta aberta aos pais acerca da escolarização das crianças com problemas de desenvolvimento. *Estilos da Clínica: Revista sobre a Infância com Problemas*, 5(9), 118-123.
- Kupfer, M. C. M. (1999). Psicose e autismo na infância: problemas diagnósticos. *Estilos da Clínica: Revista sobre a Infância com Problemas*, 4(7), 96-107.
- Kupfer, M. C. M., & Petri, R. (2000). “Por que ensinar a quem não aprende?” *Estilos da Clínica: Revista sobre a Infância com Problemas*, 5(9), 109-117.
- Lima, C. M. (2001). Clínica do autismo e das psicoses infantis ou como pensar a articulação psicanálise-educação no tratamento das “crianças-objeto”. *Estilos da Clínica: Revista sobre a Infância com Problemas*, 6(10), 28-39.
- Mahler, M. (1979). *As psicoses infantis e outros estudos*. Trad. Helena Mascarenhas de Souza. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.
- Ribeiro, J. M. C., Álvares, K., & Bastos, A. (2006). A psicanálise e o tratamento de crianças e adolescentes autistas e psicóticos em uma instituição de saúde mental. *Estilos da Clínica: Revista sobre a Infância com Problemas*, 11(21), 196-203.
- Tustin, F. (1984). *Estados autísticos em crianças*. Rio de Janeiro: Imago.
- Vasconcelos, F. (1996). Da estereotipia ao significante: movimentos a partir de um tratamento em instituição. *Estilos da Clínica: Revista sobre a Infância com Problemas*, 1(1), 46-56.

NOTAS

1 A partir da década de 1970, Izelinda passa a fazer supervisão com a psicanalista inglesa Francis Tustin, que já era considerada um destaque no estudo psicanalítico com crianças autistas.

2 Pesquisa de Iniciação Científica intitulada “Um olhar psicanalítico sobre o autismo: caracterização da produção brasileira nas décadas de 1970 a 2000”, realizado entre os anos de 2008 e 2009 com o apoio da FAPESP.

anahimarfinati@gmail.com
abrao@assis.unesp.br

Recebido em maio/2011.

Aceito em maio/2011.